

RBI

UM CAMINHO DE LIBERDADE

Relatório sobre
a possibilidade de uma
experiência piloto sobre o

Rendimento Básico Incondicional em **Portugal**

FRANCISCO
GUERREIRO . EU



Janeiro 2022

Relatório sobre a possibilidade de uma experiência piloto sobre o Rendimento Básico Incondicional em Portugal

Roberto Merrill

Centro de Ética, Política e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

Índice

Introdução	Pág. 1
Capítulo 1	Pág. 2
- 1. Justificação teórica e normativa do RBI	Pág. 2
Capítulo 2	Pág. 3
- 2. Análise comparativa das várias experiências e políticas públicas RBI	Pág. 3
2.1 Descrição de quatro experiências sobre RBI e três políticas públicas RBI	Pág. 3
. A experiência B-MINCOME em Barcelona	Pág. 3
. A experiência na Finlândia	Pág. 4
. As experiências na Holanda	Pág. 4
. As experiências nos Estados Unidos da América	Pág. 5
. A política pública RBI de Maricá	Pág. 5
. A política pública RBI na Coreia do Sul	Pág. 6
. A política pública RBI em Macau	Pág. 6
2.2 O que podemos aprender com as experiências sobre RBI	Pág. 6
Capítulo 3	Pág. 8
- 3. Especificação da experiência sobre RBI em Portugal	Pág. 8
3.1. Proposta de escolha da localização da experiência	Pág. 8
3.2. Diretrizes para o <i>design</i> da experiência sobre RBI	Pág. 9
. Diretrizes para o <i>design</i> da experiência sobre RBI	Pág. 9
. A importância de ter uma conversa pública baseada em evidências sobre RBI	Pág. 11
. Uma experiência em acordo com o Estado Social	Pág. 12
. O impacto ecológico de um RBI	Pág. 12
. O custo de um RBI	Pág. 13
. O debate ético sobre RBI	Pág. 14
. Uma experiência inclusiva	Pág. 14
Conclusão	Pág. 15
Notas de rodapé/Citações/Referências	Pág. 16

Relatório sobre a possibilidade de uma experiência piloto sobre o Rendimento Básico Incondicional em Portugal

Introdução

O objetivo deste relatório é investigar a viabilidade de uma experiência piloto sobre um Rendimento Básico Incondicional (RBI) em Portugal. Muitos académicos, responsáveis políticos, empresários, ativistas e o público em geral têm manifestado interesse há décadas no conceito de RBI. Além disso, na última década, as experiências sobre RBI feitas em vários países pelo mundo contribuíram para revitalizar o interesse pelo tema. O crescente interesse pelas experiências sobre RBI deve ser visto de acordo com a crescente importância das chamadas “políticas baseadas em dados concretos”,¹ quando focadas tanto ao nível do comportamento individual, quanto ao nível social, estrutural e governamental. Este relatório sobre o projeto de implementação de uma experiência sobre RBI em Portugal está dividido em três capítulos:

No capítulo 1, fornecemos uma breve explicação teórica e normativa do RBI, expondo e avaliando os principais argumentos a favor e contra o RBI e as experiências sobre RBI. Nesta secção, defendemos a proposta de um RBI que reforce o Estado Social em Portugal, de acordo com os princípios do *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia*, incorporando a necessidade urgente de transição para uma sociedade descarbonizada, de acordo com o *Acordo Verde Europeu*.

No capítulo 2, apresentamos uma análise comparativa de algumas das experiências passadas e atuais sobre RBI mais significativas que consideramos particularmente relevantes para o contexto português. Na secção 2.1. fornecemos uma descrição de quatro experiências sobre RBI e três políticas públicas RBI. Na secção 2.2. exploramos as lições que podemos tirar dessas experiências e políticas.

No capítulo 3, formulamos na secção 3.1. a nossa proposta concreta de uma experiência sobre RBI em Portugal, e na secção 3.2 apresentamos um conjunto de indicações sobre a melhor forma de conceber, implementar e gerir uma experiência sobre RBI, tendo em conta o contexto português.

Relatório sobre a possibilidade de uma experiência piloto sobre o Rendimento Básico Incondicional em Portugal

1. Justificação teórica e normativa do RBI

Neste capítulo, apresentamos brevemente as principais razões teóricas e normativas para implementar um RBI. Quando ter um emprego se torna impossível, os sistemas de assistência social nos regimes do Estado Social são reservados para os indivíduos que não têm recursos ou capacidade para obtê-los. No entanto, como argumentam os defensores do RBI, esses benefícios sociais não garantem a todos os membros da comunidade política uma oportunidade igual para uma existência decente e a oportunidade de participar na sua comunidade. De acordo com a *Basic Income Earth Network*, um RBI é um pagamento periódico em dinheiro, entregue incondicionalmente a todos de forma individual, sem teste de recursos ou exigência de trabalho.²

O debate sobre a desejabilidade moral e a viabilidade do RBI é estimulante, embora às vezes possa ser muito teórico. Um dos benefícios das experiências sobre RBI é que estas podem ajudar a transformar o que ainda apenas parece uma possibilidade utópica numa política pública realista. Uma vez que ainda há muito trabalho por fazer antes de podermos tirar conclusões sólidas sobre se um RBI é ou não uma boa ou má ideia, a melhor abordagem para obter esse conhecimento é conduzir experiências locais.

Para ser claro, qualquer proposta razoável de implementação de um RBI em Portugal teria sempre que passar pelo processo de manutenção, extensão e melhoria do Estado Social existente. Um RBI neste cenário deve ser concebido para enfrentar um desafio básico: pobreza e exclusão social, caso venha a ser implementado a nível nacional. Em Portugal, um importante motivo de preocupação é a pobreza vivida por um grande número de pessoas, mesmo quando estas são elegíveis para programas de assistência social, como o *Rendimento Social de Inserção*.³ A condicionalidade vinculada às políticas de assistência económica é, no entanto, um mecanismo ineficaz, além de estigmatizante. Vários estudos demonstram que a eficácia da maioria das políticas condicionais é comprometida pelo que os especialistas chamam de “non take-up”, quando as pessoas têm direito a receber benefícios sociais na forma de rendimentos condicionais, mas acabam por não os receber. Vários motivos explicam esse fenómeno: desconhecimento da existência desses benefícios, dificuldades burocráticas, receio de se sentir estigmatizado, etc.⁴

É importante observar que o RBI não é um programa de assistência social voltado principalmente para os pobres, com pouco ou nenhum rendimento, mas sim uma política universal e incondicional. Além disso, por ser livre de obrigações, o RBI evita o estigma associado a indivíduos que “vivem de subsídios”. Ao contrário do que acontece com as transferências condicionais de dinheiro, com um RBI é possível adquirir um rendimento adicional por meio de um emprego, evitando assim a “armadilha do desemprego”. O RBI é uma solução simples, prática e não degradante para a pobreza. Com um RBI ninguém precisa de pedir um apoio de base ao sistema de segurança social porque um

Relatório sobre a possibilidade de uma experiência piloto sobre o Rendimento Básico Incondicional em Portugal

RBI é individual, universal e incondicional. Como o RBI é uma rede incondicional de segurança, esta permite um planeamento de longo prazo, essencial para quem deseja ter uma vida decente. E ninguém sabe melhor como planear e investir para o futuro da vida do que aqueles que vivenciaram a pobreza. Investir numa casa pode ser vital para alguns indivíduos e famílias, enquanto a formação pode ser mais importante para outros. A noção de que a segurança social tem uma melhor compreensão do que os pobres realmente precisam é irracional, cara e ineficiente. A realidade é que grande parte dos pobres e desempregados do mundo não podem fazer uso dos programas de assistência social porque não se inscrevem nos centros de emprego, ou têm vergonha de procurar ajuda, ou recusam aceitar todas as restrições que existem nos sistemas atuais.⁵ Ao contrário das transferências condicionais, o RBI seria capaz de cobrir todas essas pessoas porque é individual, universal e incondicional.

2. Análise comparativa das várias experiências e políticas públicas RBI

2.1 Descrição de quatro experiências sobre RBI e três políticas públicas RBI

Nesta seção, descrevemos brevemente sete exemplos de experiências e políticas públicas RBI recentes ou em curso.⁶ Uma experiência sobre RBI em Portugal deve ter em consideração algumas das suas descobertas mais importantes. Num país como Portugal, a implementação de um RBI completo exigiria uma grande revisão do sistema de segurança social do país, e as experiências de outros países podem ajudar-nos a compreender e avaliar os méritos de um RBI. As experiências sobre RBI levantam preocupações legítimas, mas a verdade é que elas permitem uma compreensão mais profunda das implicações potenciais do RBI, uma vez que podem desencadear uma discussão baseada em evidências empíricas sobre as suas vantagens e desvantagens.

A experiência B-MINCOME em Barcelona

De outubro de 2017 ao final de 2019, realizou-se em Barcelona a experiência “B-MINCOME” que combinou um rendimento mínimo garantido com políticas sociais ativas nas zonas urbanas empobrecidas da cidade. O projeto, liderado pelo Departamento de Planeamento e Inovação da Área de Direitos Sociais da Câmara Municipal de Barcelona e parcialmente financiado pelo programa de Ações Urbanas Inovadoras da União Europeia, tinha como objetivo reduzir a pobreza e a exclusão social em Barcelona.

A fase de implementação do projeto durou 24 meses, seguida de uma fase de avaliação de mais 12 meses. Especificamente, pretendeu-se testar a combinação das transferências monetárias condicionais (*Apoio à Inclusão Municipal*) com quatro políticas ativas de inclusão social nas áreas da formação e emprego, empreendedorismo na economia cooperativa, políticas de habitação e um

Relatório sobre a possibilidade de uma experiência piloto sobre o Rendimento Básico Incondicional em Portugal

programa de participação comunitária. Enquanto alguns grupos de tratamento receberam um rendimento incondicional, a experiência examinou não apenas o impacto de um RBI, mas também o impacto de várias transferências condicionais de dinheiro.

Durante a experiência, a privação material, a situação financeira, a empregabilidade, a saúde e várias medidas subjetivas e objetivas de bem-estar foram examinadas. Não houve diferenças significativas entre os grupos em termos de efeitos positivos. No entanto, de acordo com os resultados, os especialistas envolvidos na avaliação da experiência chegaram à conclusão que políticas sociais inclusivas fortes devem acompanhar um RBI para que ele seja mais eficaz. Os desincentivos ao trabalho foram mais pronunciados nos grupos de transferência condicionada de rendimento, o que pode ser explicado pela hipótese de que o cumprimento das medidas condicionais pode reduzir o tempo disponível para a procura de emprego.⁷

A experiência na Finlândia

Pouco depois de um novo governo ter assumido o poder na Finlândia em 2015, teve início um processo que levou a uma experiência sobre RBI que foi lançada em 2016, numa parceria entre a Instituição da Segurança Social da Finlândia (Kela) e uma série de instituições académicas e de grupos de reflexão. Cerca de 2.000 pessoas que recebiam o subsídio de desemprego da Kela foram selecionadas para participar na experiência. Em relação aos resultados desta, os incentivos para trabalhar dos beneficiários do RBI diferiram pouco daqueles do grupo de controle, tornando difícil tirar conclusões sobre o impacto do programa no mercado de trabalho. No entanto, os beneficiários apresentaram resultados positivos significativos em termos de bem-estar físico e mental, de níveis de confiança (nas outras pessoas, nas instituições e em relação ao seu futuro pessoal) e em relação ao sentimento de estabilidade económica. Os níveis de estresse e depressão também foram relatados como mais baixos entre os beneficiários do RBI.⁸

As experiências na Holanda

Na Holanda, seis experiências foram conduzidas em seis cidades diferentes. A cidade de Utrecht acolheu a mais extensa dessas experiências, que teve início no início de 2018 como alternativa à lei do “Ato de Participação”, a qual condiciona o pagamento de determinados subsídios ao cumprimento de certas obrigações administrativas, bem como à procura de formação ou de emprego.⁹ A experiência em Utrecht envolveu a participação de aproximadamente 750 beneficiários do rendimento social de inserção que concordaram em participar. Por quase dois anos. Por quase dois anos, as autoridades municipais testaram os efeitos da disparidade de rendimento em três grupos dos 750 beneficiários. Além disso, foram estabelecidos dois grupos de controle.

Relatório sobre a possibilidade de uma experiência piloto sobre o Rendimento Básico Incondicional em Portugal

Os resultados concentraram-se principalmente na participação no mercado de trabalho devido ao escopo da experiência. No que diz respeito à participação no mercado de trabalho, os resultados foram mais positivos para os destinatários de RBI que se encontravam nas situações mais vulneráveis.¹⁰

As experiências nos Estados Unidos da América

Michael Tubbs, o Presidente da Câmara de Stockton, lançou em fevereiro de 2019 uma experiência sobre RBI em Stockton, onde 125 residentes selecionados aleatoriamente receberam US \$ 500 por mês durante 24 meses sem nenhum compromisso, incluindo nenhuma exigência de trabalho. As primeiras descobertas apontam para uma melhoria da saúde mental e um aumento da felicidade, bem como para mais atividade empreendedora, maior autodeterminação e segurança financeira. Graças a estes efeitos, mais pessoas conseguiram encontrar trabalho a tempo inteiro.¹¹ Um movimento iniciado pela experiência sobre RBI de Stockton, *Mayors for a Guaranteed Income* (MGI), gerou uma série de experiências nos Estados Unidos, iniciadas pelos Presidentes de Câmaras de diferentes cidades.¹² Várias das novas experiências iniciadas pelo MGI são financiadas publicamente, em contraste com a experiência sobre RBI de Stockton, que foi inteiramente financiada por doações privadas. Para garantir que a defesa futura do RBI seja baseada em evidências estatísticas, foi criado o *Center for Guaranteed Income Research* da Universidade da Pensilvânia, que fornecerá dados quantitativos e qualitativos agregados sobre as experiências em curso nos Estados Unidos.¹³

A política pública RBI de Maricá

Durante as eleições municipais de 2013 na cidade de Maricá, no Brasil, Washington Quaqué, o Presidente da Câmara desta cidade, decidiu implementar um RBI. Além do banco comunitário, Banco Mumbuca, a política é financiada por receitas do petróleo como parte de um programa geral para promover o envolvimento cívico e uma economia social. Houve muitas mudanças e expansões nesta política pública desde o seu início, em dezembro de 2019. O programa de Maricá inclui 42.000 pessoas (de uma população de 165.000 habitantes), o que o torna uma das maiores experiências sobre RBI do mundo. Eventualmente, esta política pública poderá ser estendida até incluir todos os habitantes de Maricá. Uma das suas características mais marcantes consiste no fato do RBI ser distribuído em forma de moeda digital local (*mumbuca*) administrada pelo banco comunitário. No entanto, é um programa que não é por enquanto universal, embora seja incondicional. Inicialmente, cada beneficiário recebia uma mensalidade equivalente a 20 euros pagos em *mumbucas*.

Relatório sobre a possibilidade de uma experiência piloto sobre o Rendimento Básico Incondicional em Portugal

O valor da prestação ascende atualmente a 170 *mumbucas* (26 euros) por mês. O impacto do programa nos cidadãos de Maricá, bem como na sua economia, está a ser avaliado usando métodos quantitativos e qualitativos. Um primeiro relatório com resultados preliminares deverá ser publicado em 2022.¹⁴

A política pública RBI na Coreia do Sul

Desde 2019, o governo da província de Gyeonggi, na Coreia do Sul, financia uma política de RBI para aproximadamente 175.000 residentes no valor de aproximadamente 182 euros por trimestre, ou seja, 727 euros por ano. Como resultado de várias investigações, foi determinado que a política teve um efeito positivo no bem-estar das pessoas, na sua satisfação com a vida, nas suas perceções do valor de trabalho e na felicidade, com resultados positivos sobre a motivação para trabalhar. A percepção pública sobre o RBI também melhorou.¹⁵

A política pública RBI em Macau

A política de RBI em Macau, denominada “Wealth Partaking Scheme”, é uma das mais proeminentes do mundo e é distribuída anualmente pela República Popular da China, que governa Macau desde Dezembro de 1999. A indústria de casinos na região fornece o financiamento para essa receita. O “Programa de Participação na Riqueza” foi lançado pela Região Administrativa Especial de Macau em 2008, que paga um RBI a residentes permanentes e não permanentes. Os montantes pagos anualmente têm oscilado desde o seu início, desde 5.000 patacas (533 euros) para residentes permanentes em 2008, passando para 10.000 (1.067 euros) em 2019 para residentes permanentes e 6.000 patacas (640 euros) para residentes não permanentes. Embora a política esteja em vigor há mais de uma década, muito pouca informação foi coletada sobre os seus efeitos em indivíduos ou em grupos.¹⁶

2.2 O que podemos aprender com as experiências sobre RBI

Cada uma das experiências e políticas de RBI descritas é o resultado do seu próprio contexto cultural, social, económico e político, o que torna difícil tirar conclusões gerais a partir dos seus resultados. Os mecanismos de assistência social em diferentes países, regiões ou cidades são específicos a cada contexto particular, assim como as necessidades dos grupos-alvo em cada experiência ou política RBI. Como resultado, os tipos de efeitos que podem ser derivados de cada experiência sobre RBI são influenciados por essas diferenças, frequentemente marcantes. Além disso, as experiências sobre RBI têm pouca semelhança com a definição formal do RBI.

Relatório sobre a possibilidade de uma experiência piloto sobre o Rendimento Básico Incondicional em Portugal

Por exemplo, não é raro que as transferências de dinheiro em experiências sobre RBI caiam abaixo dos limites nacionais de pobreza. Com um RBI mais generoso, os efeitos sobre o mercado de trabalho, as opções educacionais e os padrões de consumo serão provavelmente bastante diferentes dos resultados disponíveis que já temos de experiências anteriores ou em curso.

Também não é raro que as experiências sejam direcionadas a grupos marginalizados ou empobrecidos. É provável que esses beneficiários façam escolhas muito diferentes quando recebem um RBI (onde gastar o dinheiro, encontrar ou deixar um emprego) do que outros membros da sociedade (os membros com mais recursos podem mais facilmente economizar o dinheiro ou gastá-lo em bens posicionais ou tomar decisões de longo prazo).

Dado que a comparabilidade limitada é uma preocupação importante, podemos perguntar-nos se as evidências empíricas disponíveis sobre as experiências RBI passadas e atuais são relevantes para as nossas percepções e discussões teóricas sobre os possíveis efeitos de uma potencial experiência sobre RBI em Portugal.¹⁷ Também é importante reconhecer a influência dos atores políticos, bem como do próprio processo político, ao conduzir experiências sobre RBI. Porque mesmo quando uma experiência é conduzida cientificamente, esta é ainda o resultado de um processo político existente. Portanto, não se deve necessariamente condenar as deficiências das experiências sobre RBI por causa da influência do processo político no qual elas estão necessariamente inseridas, mas sim reconhecer este fenómeno e trabalhar com essas limitações e desafios em mente desde o início, enfatizando a necessidade de ser cauteloso e de desenvolver estratégias adicionais para dar conta dessas limitações em qualquer experiência futura sobre RBI em Portugal.

Na verdade, pode ser crucial entender os resultados de uma experiência se entendermos como a experiência pode ter objetivos científicos e motivações políticas distintas. Os investigadores e os legisladores nem sempre falam a mesma língua ou usam os mesmos métodos ao implementar uma experiência sobre RBI. Expectativas incompatíveis e diferenças nos objetivos e nos métodos podem levar a conflitos entre todas as partes, o que é um problema adicional que não deve ser ignorado. Como resultado, as experiências também são vulneráveis à interferência política, particularmente na forma de resultados manipulados que podem ser usados por uma ideologia populista.

Apesar das limitações delineadas (comparabilidade limitada e interferência política), a realidade é que qualquer experiência sobre RBI pode ainda assim fornecer-nos dados empíricos adicionais para preencher lacunas na nossa compreensão do RBI.¹⁸ Por exemplo, precisamos de reconhecer que ainda existem lacunas importantes de conhecimento nas áreas da participação no mercado de trabalho e do investimento na educação, em relação aos impactos potenciais de um RBI. Outros impactos também devem ser considerados, como o impacto das transferências de dinheiro nos

Relatório sobre a possibilidade de uma experiência piloto sobre o Rendimento Básico Incondicional em Portugal

padrões do consumidor e o efeito na sustentabilidade ambiental, ou como isso pode reforçar a competição baseada em bens posicionais.

No entanto, os dados empíricos, por mais positivos que possam ser sobre os impactos potenciais de um RBI, não serão suficientes para fechar a discussão sobre os méritos potenciais de um RBI. Mas os debates éticos sobre RBI podem beneficiar das evidências empíricas obtidas por meio de experiências, que podem ser usadas para apoiar a defesa do RBI.¹⁹ Isso significa que, em vez de confiar em generalizações, devemos reconhecer os fatos específicos que temos de diversos estudos de RBI e procurar compreender de que maneira estes se relacionam ao seu contexto específico assim como à ideia geral de RBI.

3. Especificação da experiência sobre RBI em Portugal

Esta secção tem como objetivo prático esclarecer o que pode ser feito para implementar uma experiência sobre RBI no contexto português. Seguiremos aqui em parte uma recente proposta nesse sentido, que foi apresentada à Assembleia da República pela deputada Cristina Rodrigues.²⁰ Utilizaremos também a informação disponível na recente sondagem sobre o RBI em Portugal para orientar parcialmente a nossa proposta.²¹

3.1. Proposta de escolha da localização da experiência

Antes, durante e depois da experiência, a janela política para o RBI deve ser examinada. Para um movimento político em apoio ao RBI, é fundamental saber se o clima político atual é propício à sua implementação, e se for o caso, saber se uma experiência pode desacelerar ou interromper esse ímpeto, ou se a aquisição de fatos relevantes por meio de uma experiência pode ser o fator-chave. Se uma janela política adversa impede que uma experiência leve à implementação política, então a sua justificação deve ser procurada de outra forma.

Posto isto, uma cidade em Portugal onde poderá ser implementada uma experiência RBI poderá ser Alcácer do Sal, no Alentejo. Em 2021, teve início na localidade de Alcácer do Sal um projeto experimental de RBI, idealizado pelos investigadores Rui Pereira e Surabhi Srivastava.²² A experiência tem quatro fases: pesquisa formativa, implementação, impacto e defesa pública.²³ Alcácer do Sal tem uma dispersão geográfica significativa, pelo que muitas das suas freguesias são bastante rurais. Atualmente moram na cidade 13.350 pessoas, das quais 3,6% são estrangeiras. Possui um elevado percentual de idosos (acima de 65 anos). Alcácer do Sal enfrenta muitos desafios, como a pobreza e a migração de jovens para outras cidades de Portugal ou países da UE. Tem também alguns dos piores indicadores em termos de salários, educação, poder de compra *per capita* e taxas de natalidade no Distrito de Setúbal. A primeira fase do projeto já ocorreu em maio e

Relatório sobre a possibilidade de uma experiência piloto sobre o Rendimento Básico Incondicional em Portugal

junho de 2021, com a organização de 8 discussões de grupos focais, com 63 pessoas no total. Os grupos focais foram categorizados com base no género, a idade, o nível de rendimento e a nacionalidade. Os temas abordados foram a comunidade, o mérito, a produtividade e o RBI. O projeto está agora na fase de elaboração de um relatório com os primeiros resultados dos grupos focais, bem como de candidatura ao financiamento da experiência. Mas o projeto está apenas na sua fase de formação, e se o financiamento não puder ser garantido, não será implementado.

Outro local para uma possível experiência sobre RBI poderia ser a cidade de Vila Nova de Gaia, onde o Presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia, Eduardo Vítor Rodrigues, manifestou recentemente interesse por esta possibilidade, aquando da abertura da projeção do documentário “RBI- Um Caminho de Liberdade”.²⁴ Outra instituição importante que manifestou interesse em debater esta possibilidade é o Conselho Económico e Social, presidido por Francisco Assis.²⁵ Um relatório favorável desta importante instituição em relação às experiências sobre RBI constituiria certamente um passo importante para a sua implementação. Além disso, várias instituições europeias também expressaram a sua vontade de ajudar na implementação de experiências sobre RBI nos Estados-Membros, como é o caso do Comité das Regiões Europeu.²⁶

3.2. Diretrizes para o *design* da experiência sobre RBI

Diretrizes gerais de *design*

A conceção da experiência sobre RBI deve basear-se nas seguintes orientações gerais que nos ajudam a ter uma ideia clara do que pretendemos alcançar, sendo o objetivo avaliar os impactos que um RBI pode ter num determinado município ou região portuguesa:²⁷

- Qualquer implementação de uma experiência sobre RBI deverá estar de acordo com os princípios do *Tratado de Funcionamento da União Europeia*, incorporando a necessidade urgente de transição para uma sociedade descarbonizada, segundo as orientações do *European Green Deal*.²⁸
- Para garantir a viabilidade da experiência a longo prazo, o projeto deve ter em consideração a questão da sua sustentabilidade e especificar uma quantia adequada para o RBI. Um cronograma de trabalho bem definido e um orçamento suficiente são necessários. O projeto deve ser mantido até o fim da experiência, a menos que um imponderável crítico deva ser equacionado para garantir o seu sucesso.

Relatório sobre a possibilidade de uma experiência piloto sobre o Rendimento Básico Incondicional em Portugal

- O tamanho da amostra deve ser de 1.000 pessoas, no mínimo, de preferência mais. Mesmo que um grande número de pessoas seja desafiante, não ter pessoas suficientes na amostra tornará mais difícil avaliar as tendências comportamentais que diferem entre os grupos. A amostra deve ser o mais estável possível.
- Para acompanhar de que maneira os resultados mudam ao longo do tempo, a duração da experiência deve ter pelo menos um período de dois anos. Isso permitiria diferenciar o impacto imediato ao receber um RBI do seu efeito de assimilação a longo prazo, ao mesmo tempo tendo em consideração os efeitos comportamentais. Por exemplo, ao ver o que certas pessoas fazem com o RBI, alguns indivíduos podem mudar a sua própria atitude com o tempo. A experiência não deve ser muito longa, para evitar o impacto do cansaço dos resultados do monitoramento.
- O *design* deve ser escalável em vários contextos, de forma a poder ser utilizado a nível regional ou nacional (ou supranacional, por exemplo no contexto europeu, se for considerado adequado).
- Devem ser usados grupos de controle randomizados. Para fins de pesquisa, isso permite comparar os resultados de destinatários e não destinatários de RBI. Além disso, permite o isolamento das alterações comportamentais decorrentes do RBI, que não são influenciadas por alterações de causas exógenas.
- Os dados devem ser recolhidos de forma transparente e cientificamente sólida, de forma a poder atribuir determinados resultados à política implementada. Todos os dados necessários para o exame das variáveis em questão devem ser coletados por meio de sondagens que permitem um censo completo de uma dada amostra. As informações devem ser coletadas por meio da distribuição de questionários de avaliação com uma periodicidade regular, talvez cada seis meses ou mais, e culminando num questionário final, a ser usado durante o último mês da distribuição de RBI. A proteção de dados deve ser uma prioridade.
- Deve existir a capacidade de examinar o impacto do RBI nos indivíduos, nas famílias, e na comunidade como um todo, tendo em consideração os multiplicadores económicos e a forma como o RBI impacta as atividades económicas da comunidade.

Relatório sobre a possibilidade de uma experiência piloto sobre o Rendimento Básico Incondicional em Portugal

- As avaliações devem ter em consideração os efeitos nas atitudes e no comportamento dos beneficiários. Uma hipótese para facilitar a coleta desses dados é a adoção de escalas Likert nas sondagens por questionário.²⁹
- As hipóteses sob investigação devem ser totalmente explícitas antes de lançar a experiência e antes de aplicar a sondagem de base. Isso pode incluir, por exemplo, os efeitos do RBI sobre a capacidade das famílias ou indivíduos em ter acesso a uma melhor nutrição, melhores cuidados de saúde, ou de poder pagar as suas dívidas, bem como o seu nível de poupança. Em geral, devem ser considerados os resultados do RBI em relação à capacitação dos beneficiários.
- O custo e o orçamento da experiência devem ser realistas e várias formas de financiamento podem e devem ser consideradas (municipal, nacional e europeu, incluindo as moedas locais). O financiamento deve ser transparente e definido com antecedência.
- As transferências devem ser monitoradas, passando pelo sistema bancário, respeitando a proteção dos dados.

Estas indicações fornecem um bom mapeamento do que pode ser desejável para fins de clareza e fiabilidade dos resultados. Com esta possibilidade em mente, o próximo passo seria constituir um conselho científico independente com entidades institucionais, sejam elas municipais, nacionais ou europeias, envolvendo académicos (economistas, sociólogos e outros cientistas sociais), eventualmente assistentes sociais e representantes das autoridades competentes (do Ministério do Trabalho e da Segurança Social ou da Segurança Social como tal, mas também, possivelmente, membros de grupos parlamentares ou estruturas do governo local que poderiam acolher a experiência) para elaborar o projeto e testar alguns dos efeitos da implementação do RBI numa ou várias localidades portuguesas. Tal permitiria, por um lado, traçar um projeto adequado com várias áreas de conhecimento envolvidas e, por outro, ter uma ideia mais rigorosa dos seus efeitos em Portugal.

A importância de ter uma conversa pública baseada em evidências sobre RBI

Durante o processo de implementação de uma experiência sobre RBI, deve ser feita uma ligação entre a conversa pública e a experiência. Qualquer pessoa que realiza uma experiência sobre RBI deve respeitar a discussão regional ou nacional de RBI, tomando em consideração tanto quanto possível os temas nos quais as pessoas estão interessadas. O apoio do público à ideia de um RBI deve ser tido em consideração ao delinear a razão para um RBI. O apoio público ao RBI é bastante

Relatório sobre a possibilidade de uma experiência piloto sobre o Rendimento Básico Incondicional em Portugal

forte em Portugal, como revelou uma sondagem recente sobre o tema.³⁰ O resultado desta sondagem deve orientar parcialmente as diretrizes para o desenho do experiência.

Uma experiência em acordo com o Estado Social

O RBI é frequentemente criticado por ameaçar desmantelar o Estado Social caso seja implementado, e visto como um pretexto pelo qual o Estado poderia retirar-se de áreas críticas como a saúde e a educação públicas, mesmo se de um ponto de vista neoliberal, esta possibilidade possa ser bem-vinda.³¹ Na verdade, um rendimento em dinheiro, individual, universal e incondicional distribuído regularmente pode ser muito valioso numa visão capitalista, não apenas para impulsionar o crescimento, mas também para minimizar o financiamento governamental.

No entanto, uma experiência sobre RBI em Portugal teria de estar em conformidade com a Constituição da República Portuguesa. Conforme afirmam Sandra Lima e Gonçalo Marcelo, o RBI não pode ser considerado como um substituto do Estado Social, mas sim como a sua consolidação, uma vez que o Estado não pode renunciar às suas atribuições fundamentais expressas na alínea d) do artigo 9º da Constituição, nomeadamente promover o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas e uma verdadeira igualdade entre as pessoas.³² No caso de Portugal vir a implementar um RBI, parece muito improvável que qualquer escolha política conduza a uma restrição severa do Serviço Nacional de Saúde ou do Ensino Público, uma vez que seria ilegal tomar este tipo de decisões. Assim, o debate público sobre uma experiência sobre RBI portuguesa deve ser enquadrado em torno dos valores igualitários do país, que estão consagrados na sua constituição.

O impacto ecológico de um RBI

Um aspeto das implicações das experiências sobre RBI que tem sido esquecido é o impacto ecológico de um RBI. Uma vez que três dos partidos políticos portugueses incluem uma implementação do RBI como parte do seu programa, e sendo estes partidos “Verdes”, esta consideração é especialmente pertinente no contexto português.³³ Além disso, uma vez que o “Green New Deal” é agora uma das principais prioridades da política europeia, torna-se mais importante examinar o tema no contexto da União Europeia (UE).

O ecologismo, como alternativa ao paradigma socioeconómico atual, procura promover uma mudança para o pós-produtivismo na sociedade em geral.³⁴ No entanto, pode ser impossível analisar os impactos ambientais do RBI porque é difícil desenvolver padrões objetivos para avaliar a sustentabilidade ambiental.³⁵ Um experiência sobre RBI que tem em consideração a importância da sustentabilidade ambiental pode produzir resultados significativos que demonstrem a compatibilidade do RBI com a sustentabilidade ambiental, tornando mais difícil argumentar contra

Relatório sobre a possibilidade de uma experiência piloto sobre o Rendimento Básico Incondicional em Portugal

o RBI no futuro. Uma experiência sobre RBI pode lançar alguma luz sobre a questão de saber se o RBI promove ou diminui diretamente o consumismo e, como resultado, se a sustentabilidade ecológica do nosso sistema cresce ou não graças a um RBI. Dado que o RBI retira pessoas do ciclo de produção e de consumo, tem por essa via o potencial de reduzir o estresse ambiental. Embora o RBI permita que as pessoas mantenham o seu consumo mesmo quando o seu rendimento privado for baixo, também pode colocar mais pressão sobre o meio ambiente por causa disso. Estas perguntas só poderão ser respondidas graças a uma experiência sobre RBI que examina de perto de que maneira os indivíduos gastam o seu tempo e o que compram no dia-a-dia. Se o RBI encorajar as pessoas a trabalhar menos horas e viver de forma mais sustentável, isso pode ajudar o meio ambiente.

O custo de um RBI

Ao implementar uma experiência sobre RBI, também é importante focar a atenção nas questões ligadas aos resultados do RBI como uma política nacional de longo prazo. No que diz respeito à discussão pública do RBI, as implicações éticas e existenciais são as mais importantes, mas é verdade que, pelo menos em Portugal, quem se opõe a esta política tende a centrar-se nas suas implicações financeiras entre as mais importantes. Felizmente, Pedro Teixeira publicou um estudo em 2019 sobre o custo do RBI em Portugal.³⁶ Para mudar a perceção do público sobre o custo de um RBI, os defensores devem concentrar-se em propor um modelo financeiro que tenha em consideração a diferença entre o custo líquido e o custo bruto da medida, na definição mais relevante dessa diferença, como o custo estimado de um RBI para o Reino Unido recentemente simulado por Karl Widerquist e Georg Arndt.³⁷ Um RBI custaria apenas 3,4% do PIB para ser implementado no Reino Unido, de acordo com os autores. A presente crise económica e social causada pela pandemia de Covid-19 também levou alguns proponentes do RBI a apelar a um “RBI de emergência” que poderia ser parcialmente financiado por Portugal e parcialmente financiado por fundos da UE.³⁸

Ter uma estimativa do custo de um RBI em Portugal que, em teoria, poderia rondar os 4 por cento do PIB permitir-nos-ia focar a atenção nas questões de fundo, isto é, por um lado, uma avaliação global do RBI como uma política nacional de longo prazo, e, por outro lado, um forte argumento financeiro para convencer as autoridades locais a implementar um experiência sobre RBI.³⁹

Um último ponto sobre o custo de um RBI tem a ver com a distinção entre um RBI e um Imposto de Renda Negativo (IRN). Ambos são incondicionais no sentido em que são isentos de obrigações, ou seja, não requerem nenhuma contrapartida. Quando se trata de transferências condicionais de dinheiro, RBI e IRN são ambos livres de obrigações, o que os diferencia do resto das opções. Ao contrário das transferências condicionais de dinheiro, ambas as políticas visam aliviar as pessoas da

Relatório sobre a possibilidade de uma experiência piloto sobre o Rendimento Básico Incondicional em Portugal

“armadilha da pobreza” de uma maneira mais eficaz, porque ambas permitem a junção de um rendimento incondicional com um rendimento via um emprego. No entanto, o IRN é uma política que beneficia apenas os pobres, o que carrega consigo o estigma habitual e os obstáculos burocráticos associados às transferências de dinheiro sujeitas a condições mais restritivas. Um RBI é como uma base onde todos podem apoiar-se, e não apenas outra política mais sofisticada direcionada aos pobres.⁴⁰ A maioria das experiências sobre RBI que estão a ser implementadas pelo mundo podem ser vistas como experiências sobre um IRN, porque as transferências de dinheiro são atribuídas em função dos recursos das pessoas, mesmo que sejam individuais e incondicionais. As experiências via o modelo IRN são muito mais económicas de implementar, e esta é a principal razão pela qual existem tão poucas experiências sobre um verdadeiro RBI.

Mas seria um grande avanço se uma experiência sobre RBI em Portugal pudesse estudar os impactos de um RBI em trabalhadores a tempo inteiro e trabalhadores a tempo parcial.⁴¹

O debate ético sobre RBI

Os investigadores não podem e não devem tentar resolver o debate sobre a avaliação ética do RBI.⁴² Mas ao desconsiderá-lo, estão a prestar um mau serviço ao público em geral. Reconhecer e abordar a discordância pode ajudar a evitar o ceticismo daqueles com visões éticas divergentes. Os debates éticos fundamentais devem assim ser tidos em consideração nas experiências, sempre que possível. O debate sobre o RBI é tanto sobre valores morais quanto sobre fatos. Por isso, é necessário discutir os dados relevantes à luz de questões locais e dos debates normativos realizados localmente: será que o RBI tem algum efeito sobre o fluxo de emigrantes? É melhor trabalhar? Vale a pena procurar maiores níveis de confiança dentro das organizações ou entre os indivíduos? Existem numerosas consequências normativas e empíricas das experiências sobre RBI, e estas estão frequentemente interligadas, sendo infelizmente frequente os investigadores e defensores envolvidos em experiências sobre RBI perderem o controle das principais controvérsias éticas.

Uma experiência inclusiva

Os dados empíricos recolhidos devem ser relevantes para as partes interessadas locais envolvidas na experiência, o que significa que devem ser comparáveis às dificuldades já existentes no ambiente onde o RBI é implementado e que levaram à necessidade de uma experiência.

A fim de reunir dados úteis e relevantes, os investigadores que trabalham na experiência devem ser capazes de comunicar os objetivos, o *design* e as descobertas do seu trabalho a outras partes interessadas (destinatários, políticos, media e comunidades). É importante garantir que as principais partes interessadas recebam informações precisas e imparciais em todos os momentos.

Relatório sobre a possibilidade de uma experiência piloto sobre o Rendimento Básico Incondicional em Portugal

A experiência deve envolver uma ampla gama de partes interessadas a todos os níveis, desde a concepção e implementação até a avaliação e o acompanhamento. As partes interessadas não devem apenas ser informadas, mas também solicitadas pelas suas contribuições e preocupações, dependendo do seu nível de influência, de poder e de como podem ser afetadas, ao projetar o programa.⁴³

Deve haver um foco nos “informantes-chave”. Mesmo que o processo de coleta de informações deva ser realizado usando informações dos destinatários do RBI, isso deve ser complementado com informações que venham de pessoas que estão fora do processo, como os funcionários públicos que trabalhem no governo municipal, no sistema de saúde ou nas instituições educacionais.

Conclusão

Existem muitos fatores que influenciam as metas, implementações e resultados das experiências sobre RBI, incluindo a estrutura política e institucional, as normas culturais e até mesmo os projetos científicos. Estas experiências são influenciadas por processos políticos e discussões nacionais e internacionais sobre o RBI. Muitas tentativas de RBI têm muito pouco em comum. Na medida em que representam o RBI em geral, essas experiências demonstram como é difícil comparar e generalizar os resultados desses estudos para que possam ser usados em discussões sobre RBI. Quando se trata de experimentação com o RBI, isso não é nada novo, mas sim um reconhecimento de até que ponto as situações experimentais divergem em diferentes processos e propósitos. Apesar destas limitações, é importante reconhecer outra evidência na literatura atual sobre transferências de dinheiro: o fato de que temos evidências significativas sobre o impacto de dar dinheiro às pessoas.⁴⁴

Em termos de bem-estar, felicidade, saúde e outras características qualitativas, como o aumento da confiança, da autonomia e do envolvimento social, as transferências monetárias incondicionais têm um impacto positivo considerável na vida das pessoas. No entanto, muitas lacunas críticas permanecem em relação à nossa compreensão do RBI, especialmente quando se trata da participação no emprego e de outros efeitos, como a migração ou o comportamento do consumidor em termos de sustentabilidade ecológica. As experiências sobre RBI podem desempenhar uma variedade de funções, incluindo obter mais evidências empíricas, apoiar a defesa de direitos, fazer avançar a implementação política do RBI ou fazer avançar o debate normativo sobre o RBI.

Em certas circunstâncias, um RBI pode ser suficiente para aumentar a liberdade real de todos⁴⁵, mas na maioria dos casos, outras políticas, como um “Rendimento Participativo”⁴⁶ opcional ou a função do Estado como um “Empregador de último recurso”⁴⁷, podem ser necessárias como acréscimos a um RBI.

Relatório sobre a possibilidade de uma experiência piloto sobre o Rendimento Básico Incondicional em Portugal

Notas de rodapé/Citações/Referências

- 1 Cartwright, N. & Hardie, J. (2012). *Evidence-Based Policy. A Practical Guide to Doing it Better*. New York: Oxford University Press.
- 2 Website do Basic Income Earth Network: <https://basicincome.org/>. Para um desenvolvimento da definição de RBI, ver Van Parijs, P., & Vanderborght, Y. (2017). *Basic income. A Radical Proposal for a Free Society and a Sane Economy*. Harvard University Press; Merrill, R., Bizarro, S., Marcelo G. & Pinto, J. *Rendimento básico incondicional: uma defesa da liberdade*. Edições 70.
- 3 Diogo, F. (Ed.). (2021). *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- 4 Eurofound (2015), *Access to social benefits: Reducing non-take-up*, Publications Office of the European Union, Luxembourg. Disponível aqui: <https://www.eurofound.europa.eu/publications/report/2015/social-policies/access-to-social-benefits-reducing-non-take-up>
- 5 Brady, D., & Bostic, A. (2015). Paradoxes of social policy: Welfare transfers, relative poverty, and redistribution preferences. *American Sociological Review*, 80(2), 268-298.
- 6 Esta seção baseia-se num livro recente que examina as experiências RBI por meio de uma série de entrevistas conduzidas com pessoas que estiveram envolvidas no *design* e na implementação de experiências RBI: Merrill, R., Neves, C., & Laín, B. (2021). *Basic Income Experiments. A Critical Examination of Their Goals, Contexts, and Methods*. Palgrave Macmillan.
- 7 Riutort, S., Albert J., Laín, B. & Torrens, L. (2021). *Resultados finales del proyecto piloto B-MINCOME (2017-2019). Informe ejecutivo*. Barcelona: Barcelona City Council. O relatório final do projeto B-MINCOME está disponível aqui: https://ivalua.cat/sites/default/files/2021-02/Informe%20Executiu%20Avaluacions%20BMincome_0.pdf
- 8 Kangas, O., Jauhiainen, S., Simanainen M. & Ylikännö, M. (2020). *Suomen perustulokokeilun arviointi*. Finland: KELA. O relatório final do projeto está disponível aqui: <https://www.kela.fi/web/en/-/results-of-the-basic-income-experiment-small-employment-effects-better-perceived-economic-security-and-mental-wellbeing>
- 9 Groot, L. F. M., Rosenkranz, S., Sanders, M., & Verlaat, T. (2021). Experimenting with Basic Income Inspired Experiments. *Ethical Perspectives*, 28(1), 53-61.
- 10 Verlaat, T., de Kruijk, M., & Rosenkranz, S. (2020). *Study What Works (Weten Wat Werkt): Summary of the Final Report in English*. Utrecht: Utrecht University. O resumo do relatório final das experiências está disponível aqui: <https://www.uu.nl/sites/default/files/uu-use-eindrapport-wetenwatwerkt-summary-en.pdf>
- 11 O resumo das principais descobertas da experiência de Stockton está disponível aqui: <https://www.stocktondemonstration.org/#summary-of-key-findings>
- 12 Website dos *Mayors for a Guaranteed Income*: <https://www.mayorsforagi.org/>
- 13 Website do Center for Guaranteed Income Research: <https://www.penncgir.org/>
- 14 Website da experiência RBI em Maricá: <https://www.maricabasicincome.com/>

Relatório sobre a possibilidade de uma experiência piloto sobre o Rendimento Básico Incondicional em Portugal

15 Yoo, Y. S., Wonho, J., Kwanhyung, R., Sungjin, Y., & Jooyoung, M. (2019). Analysis of the Effects of the Youth Basic Income Policy in Gyeonggi Province: Comparison of the *Ex-Ante* and *Ex-post* Survey. Gyeonggi: Gyeonggi Research Institute-Policy Study. Disponível aqui:

<https://basicincomefair.gg.go.kr/download.php?downloadfilename=605da8a38316e.pdf>

16 O website do *Wealth Partaking Scheme*: <https://www.planocp.gov.mo/en/>

17 Ver Merrill, R., & Neves, C. (2021). Introduction: The Challenges of Basic Income Experiments. *Ethical Perspectives*, 28 (1); Merrill, R. & Neves (Ed.). (2021). Symposium on Basic Income Experiment Designs. *Basic Income Studies*, 16 (1).

18 Para um desenvolvimento desta concepção sobre as experiências RBI, consulte: Merrill, R., Neves, C., & Laín, B. (2021). *Basic Income Experiments. A Critical Examination of Their Goals, Contexts, and Methods*. Palgrave Macmillan.

19 Laín, B., & Merrill, R. (2021). Why Do We Run Basic Income Experiments? From Empirical Evidence to Collective Debate. *Basic Income Studies*, 16(1), 27-38.

20 Rodrigues, C. (2020). *Projeto de Resolução 672/XIV*, “Recomenda ao Governo que diligencie pela criação de um grupo de trabalho com vista à implementação de um projeto piloto de Rendimento Básico Incondicional”. Disponível aqui: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=45324>

21 A sondagem sobre o RBI foi realizada pela Marktest a pedido do Deputado Europeu Francisco Guerreiro, membro dos Verdes / Aliança Livre Europeia no Parlamento Europeu. Foram entrevistadas cerca de 1.500 pessoas, com o objetivo de pedir a opinião da população portuguesa sobre uma possível implementação de um RBI em Portugal. O inquérito revela que 76% dos inquiridos são a favor da implementação de um RBI em Portugal. Uma grande maioria dos inquiridos também é a favor de uma experiência RBI que permitiria um amplo debate público nacional sobre os benefícios e armadilhas potenciais de um RBI. A sondagem Marktest está disponível aqui: https://rbidoc.com/wp-content/uploads/2021/10/Marktest_SondagemRBI_Out21-1.pdf

22 Ver Mateus, C. (2021). Alentejo vai testar rendimento básico incondicional, *Expresso*, August 1. Disponível aqui: <https://expresso.pt/economia/2021-08-01-Alentejo-vai-testar-rendimento-basico-incondicional-c2b45724>

23 Como exposto por Catarina Neves, Surabhi Srivastava & Rui Pereira, “Reciprocity, desert and work ethos: a case study on a community-based initiative on Basic Income in Portugal”. Conferência dada durante o BIEN World Congress, 19 de Agosto, 2021. Ver website: <https://cbin.scot/bien2021/>

24 A webpage do documentário: <https://rbidoc.com/apresentacao-em-vila-nova-de-gaia/>

25 Consulte aqui a carta do Deputado Europeu Francisco Guerreiro a Francisco Assis, Presidente do Conselho Económico e Social, e a resposta encorajadora que recebeu:

https://www.franciscoguerreiro.eu/files/noticia_598_755012392.pdf

26 “Francisco Guerreiro desafia Comité das Regiões a pronunciar-se sobre o RBI”. Disponível aqui:

<https://www.franciscoguerreiro.eu/pt/noticia/francisco-guerreiro-desafia-comite-das-regioes-a-pronunciar-se-sobre-o-rbi>

Relatório sobre a possibilidade de uma experiência piloto sobre o Rendimento Básico Incondicional em Portugal

- 27** Esta secção baseia-se em Merrill, R., & Marcelo, G. (2018). Como Implementar e Financiar um Rendimento Básico Incondicional? Reflexões para o Caso Português e Proposta de Um Projeto-piloto. *Revista Portuguesa de Filosofia*, 74(2/3), 585-626, assim como em Standing, G. (2017). *Basic Income: And How We Can Make It Happen*. Pelican Books.
- 28** Webpage do *European Green Deal*: https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en
- 29** Uma escala Likert é uma escala de cinco (ou sete) pontos que é usada para permitir que o indivíduo expresse o quanto concorda ou discorda de uma determinada afirmação. Para uma definição mais desenvolvida, consulte: <https://www.britannica.com/topic/Likert-Scale>
- 30** Lusa. (2021) Estudo mostra maioria a favor de atribuição de Rendimento Básico Incondicional, *Público*. Disponível aqui: <https://www.publico.pt/2021/10/13/economia/noticia/estudo-mostra-maioria-favor-atribuicao-rendimento-basico-incondicional-1980875>
- 31** Murray, C. (2016). *In our hands: A plan to replace the welfare state*. Rowman & Littlefield.
- 32** Marcelo, G. & Lima, S. (2016). Rendimento Básico Incondicional em Portugal: exorcizando o fantasma ultraliberal. *Barómetro*. Disponível aqui: <http://www.barometro.com.pt/2018/01/11/rendimento-basico-incondicional-em-portugal-exorcizando-o-fantasma-ultraliberal/>
- 33** Os três partidos são o PAN, o Livre e o Volt.
- 34** Pinto, J. (2020). Environmentalism, Ecologism, and Basic Income. *Basic Income Studies*, 15(1).
- 35** Shook, W. (2020). *Basic income from an ecological perspective: measuring and monitoring its environmental impact*. Tese de MA. Lisboa: Iscte. Disponível aqui: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/20947>
- 36** Teixeira, P. (2019). Sobre o financiamento de um RBI em Portugal. *Análise Social*, (232), 478-503.
- 37** Widerquist, K., & Arndt, G. (2020). The Cost of Basic Income in the United Kingdom: A Microsimulation Analysis. Disponível aqui: <https://basicincome.org/wp-content/uploads/2020/07/Cost-of-BI-in-the-UK-A-Microsimulation-ForPosting.pdf>
- 38** Neves, C. & Merrill, R. (2020). Encouraging European solidarity: an unconditional basic income, *Social Europe*. Disponível aqui: <https://www.socialeurope.eu/encouraging-european-solidarity-an-unconditional-basic-income>
- 39** Com vista a preencher esta lacuna, foi lançado recentemente um prémio de melhor ensaio sobre este tema: <https://RBlexperiments.weebly.com/RBlexp-essay-prize-2022.html>
- 40** Van Parijs, P., & Vanderborght, Y. (2017). *Basic income. A Radical Proposal for a Free Society and a Sane Economy*, pp-38-39.
- 41** Tem havido alguma investigação feita sobre o impacto no mercado de trabalho da política de RBI no Alasca, com resultados positivos. Ver Jones, D., & Marinescu, I. (2018). The labor market impacts of universal and permanent cash transfers: Evidence from the Alaska Permanent Fund (No. w24312). *National Bureau of Economic Research*. Disponível aqui: <https://www.nber.org/papers/w24312>. Foram encontrados resultados semelhantes em relação à

Relatório sobre a possibilidade de uma experiência piloto sobre o Rendimento Básico Incondicional em Portugal

- 41** política de RBI na Faixa Oriental dos Índios Cherokee, na Carolina do Norte. Ver Akee, R. K., Copeland, W. E., Keeler, G., Angold, A., & Costello, E. J. (2010). Parents' incomes and children's outcomes: a quasi-experiment using transfer payments from casino profits. *American Economic Journal: Applied Economics*, 2(1), 86-115. Disponível aqui: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/app.2.1.86>. Luís Aguiar-Conraria sugeriu que caso fosse implementado um RBI em Portugal, o principal problema a ter em consideração é o seu potencial impacto nos recipientes que não beneficiam de prestações sociais. Ver Aguiar-Conraria, L. (2018). "Rendimento Básico Incondicional? Vai mas é trabalhar!" *O Observador*. Disponível aqui: <https://observador.pt/opiniao/rendimento-basico-incondicional-vai-mas-e-trabalhar/>
- 42** Para uma análise rica e rigorosa sobre um conjunto de considerações necessárias para ter em conta ao projetar e implementar experiências RBI, consulte: Widerquist, Karl. *A Critical Analysis of Basic Income Experiments for Researchers, Policymakers and Citizens*. Palgrave Macmillan, 2018.
- 43** Para um desenvolvimento deste ponto de vista sobre a importância de incluir as contribuições das partes interessadas em qualquer experiência RBI, consulte Merrill, R., Neves, C., & Laín, B. (2021). *Basic Income Experiments. A Critical Examination of Their Goals, Contexts, and Methods*. Palgrave Macmillan.
- 44** Gentilini, U., Grosh, M., Rigolini, J., & Yemtsov, R. (Eds.). (2019). *Exploring universal basic income: A guide to navigating concepts, evidence, and practices*. World Bank Publications. Disponível aqui: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/32677>
- 45** Van Parijs, P. (1995). *Real freedom for all: What (if anything) can justify capitalism?*. Clarendon Press.
- 46** Atkinson, A. (2015). *Inequality. What Can Be Done?* Harvard University Press.
- 47** Merrill, R., & Neves, C. (2021). Unconditional Basic Income and State as an Employer of Last Resort: A Reply to Alan Thomas. *Basic Income Studies*, 16(2), 169-190.



**FRANCISCO
GUERREIRO.EU**



A investigação deste relatório foi apoiada pelo projecto «UBIEXP - The Political Philosophy and Epistemology of Basic Income Experiments» (PTDC/FERFIL/ 28078/2017. ref.POCI), através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.